



**PROJETO DE LEI DE VEREADOR (A) Nº 34 /2023**

**PROTOCOLADO SOB O Nº 1274 /2023**

**EM 04/04 /2023**

**Cria o “Protocolo Não é Não” de atendimento à mulher vítima de violência sexual ou assédio em discotecas ou estabelecimentos noturnos, eventos festivos, bares, restaurantes ou qualquer outro estabelecimento de grande circulação de pessoas.**

**Art. 1º** Esta Lei cria o Protocolo Não é Não de atendimento à mulher vítima de violência sexual ou assédio em discotecas ou estabelecimentos noturnos, eventos festivos, bailes, espetáculos, shows, bares, restaurantes, ou qualquer outro estabelecimento de grande circulação de pessoas.

**Parágrafo único:** O Protocolo Não é Não também deverá ser seguido em locais de realização de eventos esportivos profissionais.

**Art. 2º** Este protocolo terá como princípios a celeridade, o conforto, o respeito, o rigor na apuração das informações, a dignidade, a honra e a preservação da intimidade das mulheres.



**Parágrafo único:** O Protocolo Não é Não terá como prioridade o melhor atendimento à vítima, com a finalidade de preservar sua dignidade, saúde e integridade física e psicológica.

**Art. 3º** Para fins desta Lei o conceito de violência sexual ou assédio, bem como as diretrizes de atendimento, são aquelas condutas previstas, no que couber, na Lei 12.015 de 7 de agosto de 2009; Decreto Lei nº 2.848 de 7 de dezembro de 1940; Lei 11.340 de 7 de agosto de 2006 e do Decreto 7.958 de 13 de Março de 2013..

**Art. 4º** É direito da mulher vítima de assédio ou violência sexual:

- I – Respeito às suas decisões;
- II- Ser prontamente atendida por funcionárias e funcionários do estabelecimento para relatar a agressão, resguardar provas ou qualquer evidência que possa servir a responsabilização do agressor;
- III – Ser acompanhada por pessoa de sua escolha;
- IV - Ser imediatamente protegida do agressor;
- V - Acionar os órgãos de segurança pública competentes com auxílio do estabelecimento;
- VI - Não ser atendida com preconceito;
- VII – Ser atendida de acordo com o Decreto 7.958 de 13 de março de 2013 quando se dirigir a estabelecimento de saúde ou segurança pública quando for o caso.

**Art. 5º** São deveres dos estabelecimentos referidos no Art. 1º desta Lei:

- I – Manter funcionários e funcionárias capacitados e treinados para agir em caso de denúncia de violência ou assédio a mulher;
- II – Disponibilizar recursos para que a denunciante possa se dirigir aos órgãos de segurança pública, serviços de assistência social, atendimento médico ou mesmo o regresso seguro ao lar;
- III – Manter em locais visíveis, nas áreas principais e sanitários, informações sobre este protocolo, com telefones e outras informações para acesso imediato pelas vítimas;





IV – Manter um ambiente onde a denunciante possa ficar protegida e afastada, inclusive visualmente, do agressor;

V – Conduzir a denunciante a local tranquilo e procurar amigos presentes no local para que possam acompanhá-la, caso esteja sozinha, a equipe não deverá se ausentar até que a denunciante e sinta segura;

VI – Preservar qualquer prova que possa contribuir para a identificação e responsabilização do agressor.

**Parágrafo único:** Todos os membros da equipe do estabelecimento devem ter treinamento mínimo, comprovado, de 4 horas, para serem capazes de detectar e distinguir os vários tipos de assédio e agressão sexual e conhecer o circuito interno de encaminhamento e o papel que cada um dos profissionais do local desempenha.

**Art. 6º.** Ocorrida à denúncia, a equipe do estabelecimento deverá agir imediatamente para:

- I – Ouvir, confortar e respeitar a decisão da denunciante;
- II – Afastar a vítima do agressor ou agressores;
- III – Procurar pelos amigos ou familiares da denunciante e encaminha-los para o local protegido onde a denunciante estiver;
- IV – Garantir e viabilizar os direitos da denunciante previsto no art. 3º desta lei, de acordo com a vontade da denunciante;
- V – Preservar as eventuais e potenciais provas ou evidências da violência cometida;
- VI – Identificar o agressor ou agressores;
- VII – Apurar com o rigor as informações sobre o acontecido;
- VIII – Identificar possíveis testemunhas da agressão;
- IX – Adotar outras medidas que julgar cabíveis para preservar a dignidade da denunciante;

X – Não ignorar detalhes que sejam relevantes para a vítima e fazer uma escuta acolhedora.

**Art. 7º.** Os estabelecimentos que não instituírem o Protocolo Não é Não estarão sujeitos à multa de 100 URM's.

**Parágrafo único:** A vítima, quando comprovada a agressão, terá direito a reparação civil pelo estabelecimento quando este não tenha atendido o disposto nesta Lei.

**Art. 8º** O Poder Público promoverá campanhas educativas de respeito à mulher em locais públicos ou de grande circulação de pessoas.

§1º. O Poder Público auxiliará os estabelecimentos referidos no Art. 1º da Lei na implantação do Protocolo Não é Não.

§2º. O Poder Público envidará esforços com a rede de proteção a mulher para integrar o Protocolo Não é Não aos seus serviços de atendimento a mulher.

**Art. 9º** Esta Lei entra em vigor 90 dias após a data de sua publicação.

Rio Grande, 04 de abril de 2023.



**Vereadora Regininha**

**PARTIDO DOS TRABALHADORES - PT**

**Justificativa: em plenária**